



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DO PARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

**PROJETO DE LEI Nº**

**DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO  
DA ESCUTA PROTEGIDA NO  
MUNICÍPIO DE ALTAMIRA-PA,  
INSTITUI O COMITÊ DE GESTÃO  
COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E  
PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES VÍTIMAS OU  
TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A Câmara Municipal de Altamira, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e o Prefeito Municipal sanciona e publica a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Esta Lei tem por objetivo regulamentar, no âmbito do Município de Altamira, a escuta protegida de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, e instituir o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social, conforme a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e o Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018.

**Art. 2º** A escuta protegida compreende dois procedimentos distintos, ambos voltados à proteção integral da criança e do adolescente em situação de violência:

**I – Escuta especializada:** de caráter protetivo e não judicial, realizada por profissionais capacitados pertencentes à rede de proteção — nos âmbitos da educação, da saúde e da assistência social — com o objetivo de acolher, orientar e registrar, de forma sensível e respeitosa, o relato espontâneo da vítima ou testemunha;

**II – Depoimento especial:** de natureza judicial, colhido por profissional habilitado, em ambiente apropriado e com a utilização de recursos de registro audiovisual, com vistas à obtenção de prova em



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARÁ

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

processos judiciais, assegurando-se a preservação da dignidade e da integridade psíquica da criança ou adolescente.

**Art. 3º** A escuta deverá observar, de forma rigorosa, os princípios da proteção integral, do melhor interesse da criança e do adolescente, da preservação da dignidade da pessoa em desenvolvimento, da prevenção à revitimização e da garantia da prioridade absoluta no atendimento, em consonância com os preceitos estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

**Art. 4º** A escuta protegida será realizada em ambiente especialmente preparado, que assegure acolhimento, segurança e preservação da privacidade da criança ou do adolescente, devendo dispor de recursos lúdicos e materiais compatíveis com sua faixa etária, de modo a propiciar condições adequadas para sua expressão e bem-estar emocional.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal deverá garantir recursos de acessibilidade para crianças e adolescentes com deficiência, assegurando, quando necessário, a presença de intérprete de Libras, materiais em braile, comunicação alternativa ou outros meios e tecnologias assistivas, de modo a viabilizar sua plena compreensão e expressão durante o atendimento, respeitando suas condições específicas de desenvolvimento e comunicação.

**Art. 5º** A condução da escuta será de responsabilidade exclusiva de profissional com formação de nível superior, regularmente habilitado junto ao respectivo conselho de classe, e que possua capacitação específica para o exercício dessa atribuição, em conformidade com as diretrizes da legislação vigente.

**Art. 6º** O Município deverá estabelecer fluxos intersetoriais padronizados e protocolos de atuação integrados entre os órgãos da rede de proteção, visando à celeridade, eficácia e humanização no atendimento das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

**Art. 7º** Os profissionais integrantes da rede de proteção que atuarem nos procedimentos de escuta protegida deverão ser submetidos a processos permanentes de formação e aperfeiçoamento, com base



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DO PARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

nos preceitos da Lei Federal nº 13.431, de 2017, e nas orientações técnicas estabelecidas pelo Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense, visando à excelência no atendimento prestado às crianças e adolescentes em situação de violência e comprovar certificação atualizada, renovada no prazo máximo de 2 (dois) anos.

§ 1º Os profissionais responsáveis pela escuta especializada e demais procedimentos protetivos previstos nesta Lei deverão obrigatoriamente realizar o curso “Lei da Escuta Protegida – estratégias para implementação nos municípios”, promovido gratuitamente pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), ou outro equivalente com reconhecimento similar, disponibilizado por instituições públicas ou organismos internacionais.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá garantir, por meio do orçamento anual, recursos destinados à formação continuada dos profissionais da rede de proteção, podendo firmar convênios para esse fim.

§ 3º O Poder Executivo promoverá campanhas periódicas de sensibilização da população sobre os direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e sobre os canais de denúncia disponíveis.

**Art. 8º** Fica instituído o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, com a finalidade de articular políticas públicas nos sistemas de Justiça, Segurança Pública, Assistência Social, Educação e Saúde.

**Art. 9º** O Comitê será composto por representantes das seguintes instituições:

I – Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social;

II – Secretaria Municipal de Saúde;

III – Secretaria Municipal de Educação;

IV – Polícia Civil;



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DO PARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

V – Polícia Militar;

VI – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

VII – Ministério Público;

VIII – Conselho Tutelar.

IX – 1 (um) representante de entidade da sociedade civil com atuação na defesa dos direitos da criança e do adolescente, indicado pelo CMDCA.

X – Defensoria Pública do Estado do Pará (membro convidado);

XI – Poder Judiciário, por meio de representante da Vara da Infância e Juventude ou designado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (membro convidado).

**Parágrafo único.** O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses, sob coordenação rotativa entre seus membros, com mandato de dois anos, não permitida recondução.

**Art. 10** Compete ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência:

**I** – Elaborar, revisar e atualizar o fluxo intersetorial de atendimento e proteção, definindo protocolos operacionais entre os órgãos envolvidos, de forma a garantir atuação coordenada, célere e eficaz da rede de proteção;

**II** – Monitorar e avaliar, de forma contínua, a efetividade das ações desenvolvidas pelos entes da rede de proteção, identificando falhas, promovendo ajustes e assegurando o cumprimento dos princípios da escuta protegida e da prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente;



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DO PARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

**III** – Promover ações permanentes de capacitação e formação continuada dos profissionais que integram a rede de atendimento, com foco em estratégias de prevenção, intervenção, acolhimento e enfrentamento às diversas formas de violência;

**IV** – Acompanhar e fiscalizar a estruturação e o adequado funcionamento dos espaços destinados à realização da escuta especializada e do depoimento especial, garantindo que estejam em conformidade com os parâmetros de segurança, acolhimento e acessibilidade;

**V** – Estimular a articulação entre os sistemas de Justiça, Segurança Pública, Saúde, Educação, Assistência Social e Direitos Humanos, visando à efetivação da política municipal de proteção integral às crianças e adolescentes em situação de violência;

**VI** – Produzir relatórios periódicos com dados qualitativos e quantitativos sobre os atendimentos realizados, propondo medidas para o aprimoramento da política pública local de enfrentamento à violência infantojuvenil;

**VII** – Zelar pelo respeito à dignidade, à privacidade e aos direitos das crianças e adolescentes em todas as fases do atendimento, evitando a revitimização e assegurando-lhes proteção integral.

**VIII** – Promover a integração dos dados com o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), o Disque 100 e outras plataformas de registro e monitoramento de casos de violência contra crianças e adolescentes.

§1º O Poder Executivo, em articulação com o Comitê de Gestão Colegiada, deverá realizar, anualmente, avaliação da política municipal de escuta protegida, com base em indicadores de desempenho, eficácia, eficiência e impacto social.

**Art. 11.** O Comitê será coordenado por um de seus membros efetivos, eleito por maioria simples entre os titulares, para mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DO PARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

**§1º** Caberá à coordenação:

- I – Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II – Representar o Comitê perante os órgãos públicos e a sociedade civil;
- III – Organizar a pauta de deliberações e garantir a execução das decisões tomadas;
- IV – Encaminhar relatórios, pareceres e recomendações aos órgãos competentes.

**Art. 12.** O Comitê reunir-se-á:

- I – Ordinariamente, a cada dois meses;
- II – Extraordinariamente, sempre que convocado pela coordenação ou por 1/3 (um terço) de seus membros.

**§1º** O quórum mínimo para deliberação será de maioria simples dos membros efetivos em exercício.

**§2º** As decisões do Comitê terão caráter de recomendação, salvo nos casos de matérias administrativas internas, devendo ser registradas em ata.

**§3º** As reuniões poderão contar com a participação de convidados externos, especialistas ou representantes de outras instituições, conforme deliberação prévia do Comitê.

**Art. 13.** A designação dos representantes titulares e suplentes dos órgãos e entidades que compõem o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência será realizada pelos dirigentes máximos de cada instituição, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DO PARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

**§1º** Cada órgão ou entidade deverá indicar 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente, o qual assumirá as funções em caso de ausência ou impedimento do titular.

**§2º** Os representantes deverão possuir experiência comprovada ou atuação direta nas áreas de proteção da infância e juventude, preferencialmente com formação nas áreas de Direito, Psicologia, Serviço Social, Educação, Saúde ou áreas afins.

**§3º** Os membros terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por uma única vez, mediante nova designação formal.

**§4º** A substituição de membros, em caso de vacância ou perda de representatividade institucional, deverá ser formalmente comunicada ao Comitê no prazo de até 15 (quinze) dias, sendo obrigatória a designação de novo representante pela respectiva instituição.

**§5º** O Comitê contará com uma Secretaria Executiva, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, que prestará apoio técnico, administrativo e logístico ao seu funcionamento, incluindo:

I – Elaboração de atas e relatórios;

II – Organização de reuniões, audiências e eventos;

III – Gestão de arquivos, correspondências e documentos oficiais;

IV – Apoio na articulação com demais órgãos da administração pública e da sociedade civil.

**§6º** A Secretaria Executiva do Comitê deverá dispor de espaço físico, equipamentos e pessoal técnico mínimo para viabilizar o cumprimento de suas atribuições, garantido por meio de estrutura já existente na administração pública municipal.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DO PARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

§7º O Comitê poderá convidar especialistas, representantes de outros órgãos ou instituições com atuação na proteção infantojuvenil, para participar de reuniões com direito à voz, mas sem direito a voto, sempre que necessário ao aprofundamento técnico das deliberações.

**Art. 14.** O Comitê deverá elaborar, até o dia 31 de outubro de cada ano, relatório anual contendo:

- I – Avaliação das ações desenvolvidas;
- II – Diagnóstico dos principais desafios da política de escuta protegida no município;
- III – Dados quantitativos e qualitativos dos atendimentos realizados;
- IV – Recomendações para o aprimoramento da rede de proteção.

§1º O relatório será encaminhado ao CMDCA, à Câmara Municipal e divulgado no portal oficial da Prefeitura.

§2º O Comitê poderá criar grupos de trabalho temáticos com caráter técnico e temporário para subsidiar suas ações.

**Art. 15.** O descumprimento injustificado das disposições desta Lei por servidores públicos ou instituições conveniadas poderá acarretar responsabilização administrativa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

§1º A omissão ou o descumprimento das disposições desta Lei poderá ser denunciado ao Ministério Público e ao CMDCA, que adotarão as providências legais cabíveis.

§2º Quando a infração for cometida por servidor público, a autoridade competente deverá instaurar processo administrativo disciplinar, sem prejuízo da responsabilização civil e penal.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARÁ

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

**Art. 16.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 17.** O Poder Executivo deverá implementar integralmente os dispositivos desta Lei no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

§1º O Comitê de Gestão Colegiada deverá ser instalado no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

**Art. 18.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 19.** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente aquelas que tratem de forma genérica sobre atendimento a crianças vítimas de violência, quando conflitarem com esta Lei.

Câmara Municipal de Altamira, 26 de maio de 2025.

gov.br

Documento assinado digitalmente

VICTOR CONDE DE OLIVEIRA

Data: 28/05/2025 12:01:16 -0300

Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

**VICTOR DA FOCCUS**

Vereador PSB





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DO PARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem como finalidade regulamentar, no âmbito do Município de Altamira, a escuta protegida de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, bem como instituir o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social, em estrita conformidade com a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018.

A escuta protegida é, antes de tudo, uma resposta ética e civilizatória do poder público à dor da infância violentada. Trata-se de um instrumento jurídico, político e institucional que tem por objetivo interromper ciclos de sofrimento, evitar a revitimização e garantir à criança ou adolescente em situação de violência um acolhimento digno, cuidadoso e livre de constrangimentos ou exposições adicionais. É inadmissível que, em pleno século XXI, crianças vítimas de violência ainda sejam forçadas a repetir seu relato em múltiplas instituições, sem acolhimento adequado e sem preparação técnica dos profissionais que as atendem.

A Lei nº 13.431/2017 inovou o ordenamento jurídico brasileiro ao consolidar um modelo de atendimento baseado na escuta especializada (voltada à rede de proteção) e no depoimento especial (voltado à produção de prova no sistema de justiça), organizando os fluxos interinstitucionais de forma integrada. O Decreto nº 9.603/2018, por sua vez, detalhou os parâmetros técnicos e operacionais necessários à sua efetivação, atribuindo aos entes federativos — notadamente aos municípios — a responsabilidade de regulamentar e estruturar suas redes locais de atendimento.

O Município de Altamira, como protagonista direto das políticas públicas na ponta do sistema, não pode se omitir diante dessa demanda. Dados nacionais e regionais mostram que o número de casos de abuso, negligência e violência contra crianças e adolescentes segue elevado, e



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DO PARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

muitos deles não chegam sequer ao conhecimento das autoridades por medo, silêncio ou ineficácia da rede pública. Altamira, por sua grande extensão territorial, desafios sociais e complexidade urbana, exige mecanismos específicos de enfrentamento, em que a escuta protegida se apresenta como ferramenta indispensável.

Além disso, a criação do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social proporcionará um espaço institucional para que os diversos setores do poder público atuem de forma articulada e coordenada. O comitê será responsável por definir protocolos, fluxos de atendimento, formação técnica de profissionais, avaliação das ações, produção de relatórios e fiscalização das condições físicas e humanas dos espaços destinados à escuta e ao depoimento. Essa instância será o coração da política municipal de proteção infantojuvenil em casos de violência.

A proposta ainda avança ao prever ambientes adaptados e recursos de acessibilidade para crianças com deficiência, reforçando o compromisso com a inclusão e com o princípio da proteção integral. Também contempla ações permanentes de formação dos profissionais da rede de proteção, bem como campanhas de sensibilização à população, ampliando o alcance da política e fortalecendo os canais de denúncia.

Do ponto de vista normativo, o projeto se ancora firmemente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente em seu art. 227, que atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e à proteção contra toda forma de violência, crueldade e opressão. Além disso, os arts. 30, incisos I e II, conferem aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal.

O projeto também está plenamente fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que consagra o princípio da proteção integral, impõe a responsabilidade dos entes federados no atendimento das vítimas de violência, e orienta, em seu art.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DO PARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

86, pela municipalização da política de atendimento, delegando aos Municípios o protagonismo na execução de ações concretas de proteção e reparação de direitos violados.

No plano local, a proposição está em total consonância com a Lei Orgânica do Município de Altamira, especialmente nos seguintes dispositivos:

- Art. 1º, que assegura a autonomia política, legislativa e administrativa do Município;
- Art. 3º, que estabelece os princípios da dignidade da pessoa humana, justiça social, cidadania e garantia de acesso universal a serviços públicos essenciais;
- Art. 9º, inciso I, que atribui ao Município a competência para dispor sobre assuntos de interesse local;
- Art. 10, incisos II e XVII, que impõem ao Poder Público o dever de promover a assistência social, a proteção das pessoas vulneráveis e o acesso igualitário à saúde — dimensões que incluem o atendimento psicossocial e jurídico a crianças e adolescentes em situação de violência.

O projeto também incorpora um aspecto fundamental: a qualificação da rede pública, por meio da obrigatoriedade de capacitação dos profissionais que realizam escuta especializada, especialmente com o curso “Lei da Escuta Protegida – Estratégias para Implementação nos Municípios”, promovido pelo UNICEF ou equivalente. Tal medida assegura que o atendimento seja realizado por pessoas preparadas para lidar com situações complexas, com sensibilidade e rigor técnico.

Ao regulamentar a escuta protegida em nível local, Altamira se posiciona entre os municípios que optam por enfrentar com coragem e responsabilidade o desafio de proteger a infância. Este projeto não apenas cumpre a legislação federal: ele promove a humanização do atendimento público, fortalece a atuação intersetorial e responde concretamente a um clamor da sociedade.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DO PARÁ**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: 0XX-93-3515-1528 - CEP: 68371-970

**GABINETE DO VEREADOR VICTOR DA FOCCUS**

Dessa forma, o presente Projeto de Lei configura-se como uma medida de urgência ética, relevância social e legitimidade constitucional, e deve ser compreendido como parte de um compromisso coletivo com a construção de um município mais justo, seguro e acolhedor para nossas crianças e adolescentes. Diante disso, solicitamos o apoio e a aprovação dos Nobres Vereadores, certos de que esta Casa Legislativa compartilha do mesmo compromisso com a vida e a dignidade da infância altamirense.

Câmara Municipal de Altamira, 26 de maio de 2025.

**VICTOR DA FOCCUS**

Vereador PSB

